

O estado e a educação superior na Bahia, uma perspectiva histórica

Edivaldo M. Boaventura

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOAVENTURA, EM. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. O Estado e a educação superior na Bahia, uma perspectiva histórica. pp. 109-127. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O ESTADO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA, UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA¹

INTRODUÇÃO

Com os cursos superiores dos jesuítas e a criação do ensino médico em Salvador da Bahia, houve autonomia de criação sem vinculação à estância superior. Entretanto, a partir do Império e com maior frequência na República, faculdades e universidades constituem manifestações regionais de dispositivos de políticas educacionais centrais. Dessa maneira, a educação superior baiana situa-se no contexto nacional. A fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, em 1891, é uma ilustração da reforma positivista de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, de 1890.

Com o tema o Estado e a educação superior baiana, levantam-se algumas questões: – As políticas definidas nacionalmente tiveram respostas estaduais? – Quais as principais tentativas de educação superior que antecedem à criação da Universidade Federal em 1946? – Quais as unidades que foram incorporadas e quais as que ficaram de fora da Universidade? – Quais faculdades, escolas e institutos foram criados pela Universidade?

¹ Originalmente, comunicação apresentada ao 10º Congresso das Academias Ibero-Americanas de História, 1-5 de novembro de 2006. Academia Portuguesa da História, Lisboa.

O tema será desenvolvido em duas partes conforme manda a santa e boa razão: na primeira, o surgimento das faculdades; e, na segunda parte, a integração das faculdades em universidade.

O SURGIMENTO DAS FACULDADES

Com o Governo Geral, vieram os jesuítas. Dentre os muitos colégios, no Colégio do Terreiro, na Bahia, em 1572, ensinava-se Filosofia, antes da Teologia (CUNHA, 1986, p. 16). É nesse colégio que estudaram o padre Antônio Vieira, Gregório de Matos e Guerra e tantos outros. Em carta de 26 de janeiro de 1583, da Bahia o padre Miguel Garcia escreve para Roma: os “graus em letras no Colégio do Terreiro para os que querem meter rassaibos de Universidade”. (SILVA, 1956, p. 83) O grau de mestre em Artes era concedido a quem lá estudasse, por determinação do Geral da Companhia de Jesus. Inúmeras são as referências ao nível avançado dos estudos do Colégio do Terreiro.

No século XVII, o Senado da Câmara da Cidade de Salvador da Bahia resolve solicitar as regalias da Universidade de Évora. Em face da falta de resposta, insistentes são os pedidos ao rei. Em 30 de agosto de 1663:

Nos requerimentos que esta Cidade tem feito a V. Majestade por seu procurador, está o de pedir a mercê de que os filhos deste Estado, que aprendem Letras, gozem os privilégios, graus e honras que V. Majestade tem concedido à Cidade e filhos de Évora. (SILVA, 1956, p. 103)

No período pombalino, salvo a aprendizagem de Filosofia e Teologia em conventos, não há referências de manifestações da educação superior na Bahia.

Medicina, a primeira Faculdade

Com a vinda da família real, surgem iniciativas e novos horizontes para o ensino e a cultura. Tão logo aporta na Bahia, o príncipe regente declara a abertura dos portos, já anteriormente negociada com Londres: “abrindo o comércio do Brasil, à Inglaterra, em troca da proteção naval britânica se tivesse necessidade de abandonar o país” (WILKEN, 2005 p. 33). No que concerne à educação superior, uma das primeiras inovações foi a criação da Escola de Cirurgia, no Hospital Militar da Bahia, conforme carta régia de 18 de fevereiro de 1808.

A introdução do ensino médico no Brasil é tida como uma sugestão do Dr. José Correa Picanço, que depois seria barão de Goiana. Pondera Manuel de Oliveira Lima (1945, v. 1, p. 251-252) que o Dr. Picanço, após os estudos em Lisboa, fora a Paris completá-los. Regressando a Portugal, foi nomeado lente de Anatomia e Cirurgia da Universidade de Coimbra, primeiro cirurgião da corte e cirurgião-mor do reino. Com esses títulos, acompanhou o príncipe regente e propôs, na sua passagem pela Bahia, a criação da Escola de Cirurgia. A carta ordenava ao Dr. Picanço: “a escolha dos professores que não só ensinem a Cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia como bem essencial, e a Arte Obstétrica, tão útil como necessária” (GOMES, O. C. 1951). Assim, o Dr. Picanço designou o professor Dr. Manoel José Estrela, para Cirurgia Especulativa e Prática e o Dr. José Soares e Castro para dar as lições teóricas e práticas de Anatomia e Operações Cirúrgicas. As 2 primeiras cadeiras foram desdobradas em 5. Naquele mesmo ano, o príncipe regente criou semelhante curso de Cirurgia no Rio de Janeiro.

Em 1815, foi transformado em Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, sendo governador da Província o Conde dos Arcos. Regularizava-se o ensino de acordo com o plano do físico-mor honorário Manoel Luiz Álvares de Carvalho, baiano de nascimento, diplomado em

Coimbra, diretor do ensino médico. Em 1817, a cadeira de Química foi acrescentada, regida pelo professor de Coimbra, Sebastião Navarro de Andrade, juntando-se às demais como Anatomia, Fisiologia, Farmacologia, Higiene, Patologia, Terapêutica, Operações e Obstetrícia (LIMA, M., v. 1, p. 252). Por aquela época, o hospital foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia e elevou-se a duração do curso para cinco anos.

O professor Dr. José Lino Coutinho (SANTOS, 2005, p. 154), herói da Independência e prestigiado médico do Imperador Dom Pedro I, idealizou a reforma desse Colégio Médico-Cirúrgico. As suas idéias foram levadas à Assembléia Geral e transformadas em lei no ano de 1832. Recebida a denominação de Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a congregação teve mais autonomia, a Faculdade passou a contar com 14 cadeiras e a duração do curso alcançou 6 anos. Lino Coutinho foi nomeado o seu primeiro diretor. A Faculdade sofreu sucessivas reformas no século XIX e no seguinte. Em 1946, a Faculdade de Medicina liderou o processo de criação da Universidade da Bahia. (SANTOS, 2005, p. 154)

Pondere-se, todavia, que a criação do ensino superior público de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro é uma das muitas iniciativas do príncipe regente na área da cultura. Seguiram-se a Academia Militar, as escolas primárias, a aula de Comércio, cabendo-a a José da Silva Lisboa. Medida de grande impacto político foi a elevação do Brasil a reino unido com Portugal e Algarve, por ocasião do Congresso de Viena. Conta-se, de acodo com esta política, a criação do Museu Nacional, e da Imprensa Régia. Não foi avante o projeto de universidade, para cuja direção o príncipe regente havia convidado José Bonifácio de Andrade e Silva. Deu início à Academia de Belas Artes, organizada pelo conde da Barca, com artistas franceses de mérito e contratados pelo marquês de Marialva. Um nome que se prende à essa iniciativa é o de Debret, pintor e retratista social do Rio de Janeiro da época. O grupo de artista desembarcou em 1816, chefiado por Lebreton. É o relato de Manuel de Oliveira Lima

(1945, p. 249-277) acerca da emancipação intelectual provocada pela presença de D. João VI, no Brasil.

Em 1815, foi criado o Seminário Maior da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, entidade particular, origem do atual Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador (UCSal).

Agronomia e Belas Artes

Como iniciativas particulares, na segunda metade do século XIX, são criadas duas novas instituições de ensino superior. A Academia de Belas Artes, fundada em 17 de dezembro de 1877 pelo espanhol Miguel Navarro y Cañizares, apenas reconhecida pelo governo federal em 7 de dezembro de 1943 (LUDWING, 1977, p. 5). Foi a última unidade incorporada quando da criação da Universidade Federal da Bahia (1971, p. 39-40; CALMON, P., 1995, p. 334)

Pela mesma época, visando a dar maior suporte técnico à produção açucareira, no Recôncavo baiano, criou-se o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, inaugurado em 15 de fevereiro de 1877, de onde saiu a Escola Agrícola da Bahia, que depois de sucessivas mudanças passou a Escola de Agronomia de Cruz das Almas. O Instituto sempre esteve vinculado à lavoura da cana-de-açúcar e teve seus reflexos na crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX, de acordo com Maria Antonieta de Campos Tourinho (2000. p. 28). A Escola de Agronomia passou para a administração estadual, vinculada à Secretaria de Agricultura da Bahia, e tempos depois passa para o poder público federal, quando foi incorporada à Universidade Federal em 1967. É a origem da atual Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Faculdade Livre de Direito da Bahia

Com o término do Império, instalou-se a República federativa (CURY, 2001. p. 39). Com a República, intensificou a tendência do

ensino superior privado. Com o movimento das faculdades livres, compreendam-se livres da participação pública na criação de instituições de ensino superior (IES).

Perfeitamente concertada com esse espírito de liberdade aos particulares, foram criadas, na Bahia, a Faculdade Livre de Direito, em 1891, a Escola Politécnica, em 1896 e, logo depois, a Escola de Comércio, em 1905; nos outros Estados, aconteceu idêntica expansão de faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia e Agronomia. Observa-se uma maior participação do setor privado, com a desoficialização do ensino, movimento que já vem do final do Império. Essa tendência ao privatismo vai se acentuar com a República.

No ambiente republicano, federalista, presidencialista e positivista funda-se a Faculdade Livre de Direito da Bahia. Às faculdades criadas e autorizadas concediam-se os mesmos privilégios das oficiais. Pois bem, a iniciativa local coube a José Machado de Oliveira, jovem bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, que mantinha um curso preparatório para os candidatos à faculdade pernambucana. Já em Recife, apoiava os colegas que precisavam de reforço e assim pôde custear os seus estudos. Segundo Antônio Gidi (1991, p. 33-34), Machado de Oliveira diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 23 de novembro de 1890, retornou à Bahia e foi nomeado promotor público. Passando a residir em Salvador, abriu o seu Curso Particular de Ensino Jurídico, a princípio sozinho, contando depois com a ajuda de colegas ilustres, que deveriam ter chamado a atenção da comunidade. Como alternativa, as faculdades livres puderem certificar o conhecimento jurídico pela reforma Benjamin Constant: “esse despretenso curso preparatório converte-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia, exatamente a 15 de abril de 1891, tendo sua existência e validade reconhecida pela Presidência da República, em 18 de outubro do mesmo ano”, informa Gidi (1991, p. 33-34). O jovem bacharel arregimentou as lideranças jurídicas e políticas como ele formadas em Direito incluindo governador e ex-governadores, políticos influentes. Realmente, o Estado da Bahia

carecia de uma faculdade de Direito para prover os quadros burocráticos e para administração da Justiça, uma vez que já contava com faculdades na área médica, agrícola e das artes. Foi eleito primeiro diretor o professor Eduardo Ramos, notório político vinculado à cultura e à educação. A iniciativa foi um sucesso e o próprio governador do Estado, José Gonçalves da Silva, presidiu a instalação. Restava, contudo, o reconhecimento. Após consulta ao Conselho de Instrução Superior, fez-se nomear a comissão de inspeção. Opinando favoravelmente, foi reconhecida a Faculdade Livre de Direito da Bahia, uma das primeiras republicanas ou a primeira, juntamente com as duas fluminenses. (VENÂNCIO FILHO, 1982)

Servindo à elite local, a vida da Faculdade enriqueceu-se com a erudição de um Almachio Diniz e participação de Castro Rebelo, Prisco Paraíso, Virgílio de Lemos, Carneiro da Rocha. Desponta a liderança de Bernardino José de Souza. Nos anos iniciais, havia três cursos: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Notariado, com frequência livre. À falta de clientela, fundiram-se em um só Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. A Faculdade de Direito foi agregada à Universidade Federal da Bahia quando de sua constituição, só sendo federalizada em 1956, portanto, 10 anos depois de instituída a Universidade Federal da Bahia.

Instituto e Escola Politécnica

Aproveitando as aberturas da reforma Benjamin Constant, um grupo de engenheiros, liderado por Arlindo Fragoso, resolveu criar o Instituto Politécnico e a Escola Politécnica da Bahia. Os motivos que o conduziram a fundar o Instituto não são muito claros. Sabe-se que o processo foi bastante rápido, contando com o apoio efetivo do governador Luiz Viana, confirma João Augusto Lima Rocha (2006).

Arlindo Fragoso é o líder do grupo, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ensinava na Escola Agrícola de São Bento das Lages, no Recôncavo baiano. Em 1896, reuniu um grupo

de engenheiros na Secretaria de Agricultura. Articulado bem a sua idéia, soube combinar a ação de interessados e o governo estadual com o propósito de criar, primeiramente, o Instituto Politécnico e depois a Escola (GUIMARÃES, 1972, p. 7). Em artigo comemorativo sobre os 110 anos, Rocha (2006), professor da Escola Politécnica, assim sintetiza:

A iniciativa da criação do Instituto partiu de um grupo de engenheiros. Sob a liderança de Arlindo Fragoso, que no dia 9 de julho de 1896, foi escolhido presidente da nova entidade.

Nessa mesma data, também foram aprovados os estatutos, tanto do Instituto quanto da Escola Politécnica da Bahia, entidade pioneira do ensino de engenharia em nosso Estado, que viria a ser mantida pelo Instituto e que inauguraria os seus primeiros cursos (engenharia civil e engenharia geográfica) em 14 de março de 1897.

A instalação formal do Instituto ocorreu no Salão Nobre da Secretaria de Agricultura do Estrado da Bahia, em sessão presidida pelo então titular da pasta, José Antônio Dias Costa.

É sempre motivo de curiosidade o fato de a criação do Instituto ter sido providenciado com tanta pressa.

Indaga Rocha que motivos teriam levado o governador Luiz Viana, recém-empossado, a incentivar a urgente criação do Instituto. O governador destinou recursos para o seu funcionamento. Até 1932, a Escola passou para a administração estadual, mantendo-se o Instituto com os seus recursos, mas em 1938 a Escola voltou à situação privada. Somente em 1946, integrando-se à Universidade Federal da Bahia, tornou-se um organismo público. O Instituto, todavia, continua entidade autônoma e privada.

Ciências Econômicas

A última faculdade criada no regime da reforma Benjamin Constant foi a Escola de Comércio. O ensino da Economia começa e se desenvolve junto aos cursos de Contabilidade, é a tendência brasileira.

Em 12 de março de 1905, foi instituída a Sociedade Civil Escola Comercial da Bahia, que passou por sucessivas mudanças até chegar à condição de Faculdade de Ciências Econômicas. Liderou por décadas o ensino da Contabilidade no Estado da Bahia. O ensino comercial funcionava junto a um tradicional estabelecimento estadual, todavia foi extinto por lei. Uma proposta foi dirigida à Associação Comercial da Bahia para que fosse criado um Instituto Comercial, requerendo o aval para a sua criação como também espaço para funcionamento. Um grupo de professores liderados por Josino Correia Cotias, não aceitando a supressão do ensino comercial, procurou levar avante a Escola Comercial. Era vital para o comércio contar com uma Escola que formasse contadores. Com o apoio da Associação Comercial da Bahia, Domingos Silvino Marques e os professores Conceição Foeppel e Santos Sá se dispuseram a criar a nova entidade. Dessa forma, foi constituída a Sociedade Civil Escola Comercial da Bahia que passou a funcionar em março de 1905, conforme Fábio Paes (2005, p. 71).

Em 2 de julho de 1934, a antiga Sociedade Civil foi transformada em Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia com a finalidade de ministrar Ciências Econômicas e Contabilidade. É como Faculdade de Ciências Econômicas que entrará para a Universidade Federal da Bahia em 1946, informa Wilson T. Sardinha Martins (2005).

Filosofia, Ciências e Letras

Fora desse contexto de início de século, em pleno Estado Novo, o educador Isaías Alves de Almeida reuniu um grupo de professores originários de diversas formações e criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1940. Foi uma das exigências formais para que houvesse universidade, segundo o estatuto das universidades de 1931. A criação, privada ou pública, de faculdades isoladas não parou com o surgimento das universidades. É uma das constantes da educação superior brasileira.

No início dos anos 40, tem a Bahia um grupo de faculdades, abrangendo várias áreas do conhecimento, que ensejam a criação da universidade, segundo o critério da reunião de escolas.

A CONVERGÊNCIA DA UNIVERSIDADE

Depois da criação das unidades acadêmicas durante quase um século e meio, começou a convergência dessas faculdades, públicas e particulares, em direção à universidade. Esta aportou muito tarde no Brasil e, mais tarde ainda, na Bahia.

Com tantas faculdades isoladas, chegou o momento de sua integração em universidade. A presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de influência alemã, foi deveras importante. A Bahia não fugiu à regra das políticas federais.

Mas, em primeiro lugar, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro, então capital da República, segundo a mesma ocorrência em outros Estados. A reforma Carlos Maximiliano, de 1915 (Decreto n.11.530, de 18 de março de 1915, artigo 6º), dispunha que, quando o governo federal achasse oportuno, poderia reunir em universidade as Faculdades de Medicina, Politécnica e uma das duas Faculdades de Direito existentes no Rio de Janeiro. Assim procedeu o ministro da Justiça, Alfredo Pinto Vieira de Mello (Decreto 13.343, de 7 de setembro de 1920), estando na presidência da República Epitácio Pessoa. Relaciona-se a iniciativa, sem prova documental, no entanto, à motivação pela próxima concessão do título de *Doctor Honoris Causa* ao rei Alberto I, da Bélgica, que visitou o País em 1920, nas comemorações do centenário da Independência. Instituída a universidade por aglutinação, nada mais se efetivou. Somente depois, quando criado o Ministério de Educação e Saúde e editado o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, é que a universidade se efetivou como organização acadêmica. (FÁVERO M., 2000, v. 1 e 2)

A Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição de educação superior que se firma como Universidade. Houve tentativas anteriores: em Manaus, capital do Estado da Amazonas, na época da borracha; em São Paulo, experiência anterior à universidade criada por Armando Sales de Oliveira; e Paraná, em Curitiba, que até hoje ostenta na fachada do prédio o nome “Universidade do Paraná 1912”. Luis Antônio Cunha (1986, p.198-211) as identifica como universidades passageiras. Pode-se concluir com a Universidade do Rio de Janeiro, entidade criada pelo Estado brasileiro, que é a chancela governamental que institui a universidade, dando segurança aos diplomas com validade nacional.

O critério de aglutinação de faculdades foi seguido pelo Estado de Minas Gerais. Anos mais tarde, depois de instituída a Universidade do Rio de Janeiro, o governo mineiro criou a Universidade, em 7 de setembro de 1927, na gestão Antônio Carlos de Andrada, sendo secretário do Interior e Justiça Francisco Campos que depois foi o primeiro ministro da Educação (DIAS, 1997). O governador Armando Sales de Oliveira, acompanhado pelo educador Fernando Azevedo, instituiu a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (AZEVEDO, 1964, p. 679; CAMPOS, 1954). O educador Anísio Teixeira, secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, Pedro Ernesto, fundou a Universidade do Distrito Federal (UDF), como uma organização integrada que durou apenas até 1939, sendo absorvida pela Universidade do Brasil, nova denominação da Universidade do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2000, v. 2). Para Hermes Lima (1974, p. 103): “durou pouco a Universidade atingida pela chama dos acontecimentos de novembro de 1935”. Por sua vez, o Estado do Rio Grande do Sul, em 1934 (GUEDES; SANGUINETTI, 1994), transformou em universidade a Escola de Engenharia de Porto Alegre com os seus múltiplos institutos, fugindo ao critério de reunião de faculdades, mas por diferenciação de uma única área, é a interpretação de Cunha (1986, p. 214-216).

Houve, assim, no final da década de 20 e início da década seguinte, uma clara manifestação de universidades pelos estados da federação, o que provocou a expedição de um decreto federal regulamentando a criação de universidades estaduais. Indaga-se, e a Bahia como ficou?

Proposta de criação da Universidade da Bahia

Na Bahia, tudo indica que não houve movimentos expressivos à criação de universidades estaduais, nos anos 30 a 40 do século passado. Não obstante a Bahia ter tido educação superior desde o alvorecer do primeiro século da colonização, com Teologia e Artes, no Colégio do Terreiro dos jesuítas, e, considerando ainda o estabelecimento do curso médico-cirúrgico pelo príncipe regente Dom João, a universidade demorou demasiadamente na Bahia.

Entretanto Pedro Calmon (1995, p.130), deputado federal, apresentou o seu primeiro projeto no Poder Legislativo propondo a criação da Universidade da Bahia, na sessão de 31 de agosto 1935. Conforme pesquisa sobre a sua atuação parlamentar no período 1935-1937, o projeto foi apresentado na 101ª sessão da primeira legislatura e tomou o número 218-1935 (BRASIL. Câmara dos Deputados, 2002). Nas *Memórias*, Pedro Calmon (1995, p. 239) reporta-se às razões da proposta:

O meu primeiro projeto legislativo foi para que se criasse a Universidade da Bahia.

Era o meu compromisso com a sua cultura. Não podendo dar-lhe o progresso de que necessitava, dava-lhe a instrução que pedia. Em forma de universidade, a junção de suas escolas. Para que tivesse a grandeza moral (à falta de desenvolvimento físico) do tempo em que fora capital do país; ou antes, a sua academia. Apresentei corajosamente essa proposta que devia cair como uma centelha no barril das aspirações regionais. E por que não a universidade paulista, a mineira, a gaúcha, a pernambucana, a paranaense, ou do Pará?... Pretendia, invocando as ambições da

minha terra, despertar as dos outros, acender no descampado uma fogueira inocente, pôr em ordem do dia o ensino; mas corrigido de sua desintegração histórica; unificado numa ousada instituição moderna, cuja autonomia preconizava, com a imensa projeção social. Ai de mim! O projeto foi à comissão; deram-lhe relator, Homero Pires; e lá dormiu, sem que nunca uma palavra fosse dita sobre a minha pobre utopia.

Voltas que o mundo dá!

Dez anos depois, tive a honra de presidir, no salão nobre da Faculdade de Medicina, à criação da Universidade da Bahia.

Era um pouco minha [...].

O projeto que define a Universidade abrange o sistema escolar, determinado pelo Plano Nacional de Educação, e incluía os institutos superiores federais de ensino, ou oficializados, em funcionamento na capital do Estado. Faz referência expressa às faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica. Na regulamentação da lei proposta, traçou os requisitos: manutenção dos estabelecimentos; constituição do patrimônio e organização do colégio universitário; ampliação do regime dos institutos de ensino secundário e técnico-profissional, como Faculdade de Ciências Econômicas, Escola Normal, Escola Agrícola, Instituto de Música, Escola de Belas Artes, Ginásio da Bahia; cursos de extensão; autonomia universitária; planejamento da cidade universitária; e elaboração de uma cultura que reate as tradições humanistas, científicas, artísticas e literárias da Bahia. O projeto estabelecia a previsão de crédito, conforme receita proveniente da contribuição de fundo fornecido pelo Estado da Bahia, e delegava ao Conselho Universitário a elaboração dos estatutos. O texto da proposta de lei considera (CALMON, Jorge, 1999, p. 130-146):

Art. 1º. É criada a Universidade da Bahia abrangendo, num sistema escolar, determinado pelo Plano Nacional de Educação e pela regulamentação desta lei, os institutos de ensino superior federais ou oficializados que funcionam presentemente na capital daquele Estado (Faculdade de Medicina, Direito e Escola Politécnica).

Art. 2º. A regulamentação da presente lei atenderá os seguintes requisitos;

a) manutenção, no estado atual, dos estabelecimentos de ensino superior a que se refere o artigo precedente, e no que concerne ao corpo docente, funcionalismo e instalações, enquanto não for realizada a equiparação, tomada por base a Faculdade de Medicina da Bahia;

[...]

O contexto universitário dos anos 30

Pelo visto, em 1920, o governo federal instituiu a Universidade do Rio de Janeiro pela reunião de unidades acadêmicas existentes (Medicina, Engenharia e Direito). Como o próprio Calmon reconheceu na justificativa (CALMON, Jorge, 1999, p. 138-139), não é um todo, são “tantas unidades distintas e separadas”. Referindo-se às universidades estrangeiras como a francesa, Pedro Calmon diferencia:

Em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro prometia iniciar uma grande época de intensiva e harmônica propaganda cultural: e até os nossos dias, a Universidade do Rio de Janeiro não é um todo, porém tantas unidades distintas e separadas como são os estabelecimentos que a compõem, sem edifício próprio, sem aparelhos integrativos, sem serviços sociais, sem mais materiais de adaptação às suas crescentes necessidades, mais alegóricas, mais aparente, mais intencional do que deveras Universidade. Oxalá que as outras tentativas do gênero, Universidades dos Estados, Universidade do Distrito Federal, todas louváveis, dignas de pressuroso amparo, confirmem a resolução – afinal! – de mudarmos de rumo, de preferirmos os largos caminhos que nos indica a experiência estrangeira, ao invés das estreitas sendas sinuosas que vimos mofinamente trilhando em demanda de um horizonte de clara e larga civilização.

Calmon tinha pleno conhecimento das universidades estaduais existentes, particularmente a Universidade do Distrito Federal (UDF) (BOAVENTURA, 2002, p. 221). Seu projeto se harmonizava com o

conjunto da educação superior daquele momento, visto que já se contava com uma universidade federal e universidades estaduais.

A fundação e implantação da Universidade da Bahia

Em um segundo momento, decorrido mais de 10 anos da apresentação do projeto de criação da Universidade da Bahia em 1935, Pedro Calmon participou ativamente de sua fundação e implementação, em 1946.

Nas voltas do tempo, ele teve a satisfação de presidir a comissão de implantação da UFBA. E confessa: “Era um pouco minha [...]” A sua aproximação com o ministro Ernesto Souza Campos facilitou bastante a decisão em dotar a Bahia de uma universidade federal. Antes, Souza Campos, como médico interessado em construção, colaborara no projeto de localização da cidade universitária da Universidade do Brasil, da qual Calmon era diretor da Faculdade de Direito e vice-reitor.

Aproveita a oportunidade, da mudança da política de educação superior, anunciada no discurso de posse do ministro. Desde 1938, o regime era da universidade federal única, vale dizer a Universidade do Brasil, organizada pela Lei nº 452 (FÁVERO, 2000, v. 1, p. 169-179). Prevista a fundação de duas universidades, no Recife e na Bahia, Calmon ajudou na implementação, vindo a Salvador e indo ao Recife. Informa que dispunha de carta branca para a escolha do futuro reitor. Tomou a decisão que deveria ser reitor o diretor da faculdade federal. Assim, na Bahia, a escolha recaiu em Edgard Santos, diretor da Faculdade de Medicina, e, no Recife, em Joaquim Amazonas, diretor da Faculdade de Direito. Recorde-se que durante o Estado Novo (1937-1945), houve tão somente uma única universidade federal, a do Rio de Janeiro, que se chamou, de 1937 a 1965, Universidade do Brasil, voltando a ser Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) até à presente data.

No período de pós-guerra (1939-1949), pelo visto já havia na Bahia um conjunto de faculdades – Medicina, Odontologia, Farmácia,

Belas Artes, Politécnica, Direito, Ciências Econômicas e Filosofia – que possibilitariam a criação da Universidade. Além destas, havia também duas unidades acadêmicas de Música, que não foram incorporadas à Universidade Federal da Bahia. Com a queda do Estado Novo, assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública o médico Ernesto de Souza Campos. Antes, trabalhara bastante com o diretor da Faculdade de Medicina, professor Edgard Santos, inclusive na construção do Hospital das Clínicas, hoje, Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES). Tudo leva a se conjecturar que foi desse entendimento entre o diretor Edgard Santos e o ministro Souza Campos que brotou a Universidade. Trata-se de uma dedução do pronunciamento sobre a história da UFBA, feita pelo ex-reitor Roberto Santos, quando das comunicações dos 60 anos de UFBA.

Quebrou-se o monopólio de uma única universidade federal e o governo propôs, inicialmente, duas, Bahia e Recife, às quais Pedro Calmon acrescentou uma terceira, a Universidade do Paraná. O então vice-reitor da Universidade do Brasil foi encarregado de presidir a comissão de instalação dessas três novas universidades instituídas pelo governo federal, em 1946 (CALMON, P., 1995, p. 333).

Em todo esse processo, foi decisiva a liderança do diretor da Faculdade de Medicina, a mais antiga, a mais bem equipada e a que apresentava as melhores condições para engendrar a Universidade. A Faculdade de Medicina, de fato, fora sempre uma unidade acadêmica federal de notório prestígio nacional. Aconteceu que foi em torno da liderança carismática do professor e diretor Edgard Santos que se criou, enfim, a Universidade da Bahia, conforme o Decreto-lei de 8 abril de 1946, sendo simbolicamente instalada em 2 de julho daquele bem-aventurado ano.

Em um primeiro momento, a reitoria aglutinou as oito unidades constitutivas. Logo mais, em 1943, a Universidade Federal da Bahia integrou Biblioteconomia (UFBA, 1992) e criou, sucessivamente, Enfermagem, Geologia, Administração, Arquitetura (separada de Belas Artes), Música, Teatro, Dança.

Constituiu-se então uma composição acadêmica inusitada, com unidades tradicionais e inovadoras, como Biblioteconomia, Música, Teatro e Dança. Ao fim de 60 anos, foi possível divisar dois períodos, estruturalmente distintos: o primeiro, da fundação à reestruturação-reforma, em 1968; e o segundo, a partir da Universidade reformada até o presente. Trajetória que bem caracteriza a extrema fidelidade e dedicação do reitor Roberto Santos à instituição. Testemunha privilegiada do processo criativo da UFBA, fez do seu reitorado, 1967 a 1971, um momento renovador da estrutura e do funcionamento da organização pela implementação da coordenação acadêmica, da pós-graduação e da atenção dirigida à investigação científica.

CONCLUSÃO

Com os antecedentes da educação jesuíta no período colonial, a educação superior surge no Brasil e na Bahia por faculdades isoladas. A fundação do Curso Médico-Cirúrgico em 1808, na Bahia, foi o marco inicial e indelével da educação superior, seguido pela Academia de Belas Artes, em 1877, e pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Com a República, o ensino superior foi estimulado e foram criadas as Faculdades Livre de Direito, Escola Politécnica e Comercial. Anos depois, em pleno Estado Novo, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Em quase todas as criações de faculdades, há sempre a figura de um líder-pioneiro que toma as iniciativas, agrega pessoas e recursos. Como há também uma fase privada, sucedida quase sempre pela publicização, quando o Estado encampa a iniciativa.

Ao movimento de faculdades isoladas, sucede, sem interrupção desse processo, a convergência das unidades acadêmicas em direção à Universidade. A Universidade Federal da Bahia, seguindo as diretrizes nacionais, instituiu-se pela integração de diversas faculdades, criadas no longo período de quase século e meio.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARROS, Roque S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, 1959. Publicado no Boletim nº 241. História e Filosofia da Educação, n. 2.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. Pedro Calmon e a Universidade Federal da Bahia. **Revista da Faced**, Salvador, n. 6, p. 215-225, 2002.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Estudos Legislativos. **Pesquisa: atuação parlamentar do deputado federal Pedro Calmon no período 1935-1937**. Brasília, DF, 2002. Documentos reproduzidos por solicitação do deputado federal Jorge Khoury, pesquisados por Jerônimo M. Pimenta, em 11 mar. 2002.
- CALMON, Jorge. Pedro Calmon e a criação da Universidade da Bahia. In: BOAVENTURA, E. M. (Org.). **UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996**. Salvador: EGBA, 1999. p. 130-146.
- CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1954.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. **A universidade temporã: da Colônia à era Vargas**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURY, Carlos Roberto J. **Cidadania republicana e educação**: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais**: Projeto Intelectual e Político. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- FÀVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ: Inep, 2000. v. 1.
- _____. (Org.). **Universidade do Brasil**: guia dos dispositivos legais. Rio de Janeiro: UFRJ: Inep, 2000. v. 2.
- FÀVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras**: Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção Memória da Educação).
- GIDI, Antônio C. O. **Anotações para uma história da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador: Faculdade de Direito da UFBA, 1991. Edição comemorativa do primeiro centenário da Faculdade de Direito da UFBA, 1891-1991.

GOMES, Ordival Cassiano. A fundação do ensino médico no Brasil. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 1951, Salvador. **Anais...** Salvador: IGHB, 1951. p. 90.

GUEDES, Paulo C.; SANGUINETTI, Yvone T. (Org.). **UFRGS: identidade e memórias 1934-1994**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Edição comemorativa dos 60 anos.

GUIMARÃES, Archimedes P. **Escola Politécnica da Bahia**: meio século de retidão e civismo. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, 1972.

LIMA, Hermes. **Travessia**: memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**: 1808-1821. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. v. 1.

LUDWING, Selma C. **A Escola de Belas Artes cem anos depois**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1977. (Publicação da Universidade Federal da Bahia, n. 80)

MARTINS, Wilson T. Sardinha. **História da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. Edição especial comemorativa do centenário 1905-2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAES, Fábio (Org.). **Fundação Visconde de Cairu**: cem anos educando para a vida. Salvador: Solisluna Design, 2005.

ROCHA, João Augusto L. O salto politécnico da Bahia. **A Tarde**, Salvador, p. 3, 12 jul. 2006.

SANTOS, Roberto F. **Reflexões sobre temas da atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Alberto. **Raízes históricas da Universidade da Bahia**. Salvador: Universidade da Bahia, 1956.

TEIXEIRA MENDES, R. **A universidade: artigos publicados na Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1882.

TOURINHO, Maria Antonieta de C. A salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages. **Revista da Faced**, Salvador, n. 4, p.27-37, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Documentos históricos**. Salvador: Departamento Cultural da UFBA, 1971.

_____. Escola de Biblioteconomia e Documentação. **Cinquentenário da Escola de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador: Gráfica Universitária, 1992.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: a corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). Tradução Antônio Costa. 5. ed. Porto: Civilização, 2005.